

# SINTRAM

*em revista*

Edição Especial - Ano III

## 2018: PRESIDENTE DO SINTRAM FALA SOBRE AVANÇOS, DESAFIOS E PEDE UNIÃO DA CATEGORIA

Páginas 10, 11 e 12



### *Caminhos e obra de uma guerreira: Ivanete Ferreira*

Ivanete lutou não apenas pelos servidores públicos municipais, mas sim por todos trabalhadores buscando um Brasil mais justo e humano.

Fica a certeza de que seu legado é tão grande quanto os caminhos que ela percorreu e ainda sonhava percorrer.

**Confira um pouco da história de Ivanete Ferreira.  
Páginas 19 e 20.**

### **A LUTA NÃO ACABOU! CONTRA AS INCONSTITUCIONALIDADES DA REFORMA TRABALHISTA**

Páginas 12, 13 e 14

### **SALDO POSITIVO ENTRE AVANÇOS E EMBATES, SINDICATO ALCANÇA GANHOS PARA FUNCIONALISMO**

Páginas 3 a 6

### **SERVIÇOS SINTRAM CONFIRA ENTREVISTA COM O BALANÇO DAS AÇÕES DO SETOR JURÍDICO E FINANCEIRO.**

Páginas 9 e 17

### **FUTURO DOS SINDICATOS: A IMPORTÂNCIA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

Página 18

### **REFORMA PREVIDENCIÁRIA: UM VERDADEIRO ATAQUE AO TRABALHADOR**

Página 15 e 16

### **PARCERIAS: QUALIFICAÇÃO EM FOCO**

Páginas 8 e 14

## Um ano para mudanças

Os últimos anos não trouxeram nada de novo que pudesse reanimar a expectativa de dias melhores para o cidadão brasileiro. Foram anos de recessão, pressão do governo e corrupção. O avanço da inflação, o ataque sobre o trabalhador e a Operação Lava Jato, que vem desnudando a corrupção e expondo caciques políticos, marcaram o cenário nacional. Com o agravante para 2017, com a aprovação da terceirização, da reforma trabalhista e, ainda, a reforma da Previdência, que poderá ser votada em fevereiro.

Não restam dúvidas de que o trabalhador perdeu muito. Porém, o que não faltou foi a batalha incansável dos sindicatos e suas centrais, que expuseram as mazelas governamentais, levaram os cidadãos às ruas e protestaram, duramente, contra as medidas, que obrigam o trabalhador a pagar pelo financiamento da corrupção.

Os exemplos da irresponsabilidade política começaram de cima, até atingir estados e municípios que descumpriram leis, atrasaram salários, deixaram credores sem receber e mais um sem fim de atos em desacordo com normas legais, sempre atingindo ao trabalhador.

Apesar do desgoverno, chegamos em 2018 e o que se espera é um ano de mudanças. Mudanças em todos os níveis, porém, em especial, no comportamento do eleitor. Neste ano, serão eleitos presidente da República, governadores e deputados federais e estaduais. O trabalhador, a força vital que move o Brasil, não poderá se esquecer das reformas, da terceirização, da corrupção e, principalmente, deve-se lembrar daqueles que foram parceiros do governo para cortar direitos e dos muitos que saquearam os cofres públicos, colocando o país entre os primeiros no mapa da corrupção.

Entendemos que a campanha política de 2018 abre a oportunidade para um compromisso coletivo. Cabe ao

eleitor refletir e transformar a realidade, se quiser resgatar um país justo, no qual a soberania venha do cidadão e faça valer a

Constituição que diz que “todo poder emana do povo”.

O Sintram, que não mediu esforços para denunciar os ataques aos direitos dos trabalhadores, lembra a todos que façam do voto a arma capaz de afastar os malfeitores que dominam o Estado. É necessário continuarmos unidos, mobilizados e atentos, pois enquanto perdurar esse governo, que obrigou o cidadão a pagar a conta da corrupção e do vale-tudo na política, certamente, continuaremos sujeitos às vontades de políticos profissionais, cuja grande preocupação é garantir cargos, salários e as muitas “vantagens”.

Acreditamos que o servidor público, que sofreu nas mãos da União, dos estados e principalmente dos municípios, terá um papel fundamental para que a política seja renovada e o país possa tentar se afastar desse mar de lama. Apesar de todas as dificuldades, os servidores poderão sim nortear caminhos de um novo país, desde que o façam com união e, principalmente, acreditando nos seus sindicatos, seus legítimos representantes.

O Sintram, que ao longo dos anos se notabilizou por sua efetiva participação em mudanças importantes ocorridas no país e nas cidades de sua base, continuará firme na defesa de seus representados.



**LUCIANA SANTOS - PRESIDENTE**  
e-mail: presidente@sintramdiv.org

**DIRETORIA EFETIVA:** Presidente: Luciana Aparecida dos Santos | Vice-Presidente: Ivanete Ferreira | Secretária Geral: Marcos Alves de Almeida | Diretor Financeiro: José Alcolano - Zezinho | Diretor Jurídico: Alberto Gigante Quadros | Diretores: Washington M. de Oliveira | Wilson José Alves de Melo

**DIR. SUPLENTE:** Wilson de Freitas, Pedro Alves Filho, Iara Soares Lima, Márcio Aparecido David, Sandro Borges, Márcio Lopes dos Reis, Denise Silva Diamante, Márcio Alves de Sousa

**CONSELHO FISCAL:** Juliano Vilela, Adriana Eva, Marco Antônio Pinto Silva, Maria Aparecida de Sousa

**SUPLENTE:** Wantuil José Dias Santos, Osmundo Santana Filho, Maria Aparecida da Cunha, Pedro Vinícius de Jesus

**DIRIGENTES SINDICAIS:** João Madeira (Fesempre), Eduardo Parreira (Fesempre/CSPB)

**Jornalista Responsável:** Flávia Brandão - JP 12.538/MG | **Redação:** Flávia Brandão e Jotha Lee | **Fotos:** Flávia Brandão, Jotha Lee e Mariana Cançado | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Mariana Cançado | **Impressão:** Gráfica Paulinelli | **Tiragem:** 5.000 Exemplares

# LUTA SINDICAL

## AVANÇOS E EMBATES, SINTRAM SEMPRE NA DEFESA DA CATEGORIA

Em 2017, o Sintram conquistou vários avanços para os servidores de sua representação, como: a revisão salarial, a revisão/construção de planos de carreiras, ganho real, aumento de vale-refeição, concurso público, entre outras conquistas. Para executar esse trabalho já no final de 2016, o sindicato esteve em várias cidades promovendo a Campanha Salarial 2017.

Através de assembleias, o sindicato colheu demandas do funcionalismo, levou para discussão com os gestores municipais e o saldo final pode-se afirmar que foi positivo. Isso porque em muitos municípios a negociação avançou. Em outros, houveram embates, judicialização de demandas, mas em todos o Sintram cumpriu à risca a determinação da categoria traçada nas assembleias/reuniões, mostrando seu compromisso com os representados.

Além da luta sindical, outra preocupação da diretoria do Sintram é a democratização dos serviços aos associados das diversas cidades. Hoje, mais servidores podem aderir aos planos de saúde/odontológicos ou mesmo fazer um seguro de vida, cartão de compras, tudo isso, com desconto em folha de pagamento. Um trabalho, que vem crescendo a cada dia, devido à seriedade e competência do Sintram, com objetivo único de facilitar a vida dos associados, que hoje somam cerca de 5 mil servidores.

### CONFIRA UM POUCO DESSE TRABALHO DURANTE O ANO:

#### *Divinópolis*

A maior cidade da base do Sindicato é Divinópolis, exigindo atenção especial da diretoria para atender, diariamente, as várias demandas da categoria. Em 2017, além da Campanha Salarial, o Sintram promoveu reuniões com a administração para sanar problemas e esteve junto aos servidores em visita aos locais de trabalho para levantar demandas, esclarecer dúvidas ou mesmo estreitar o relacionamento. Confira algumas dessas ações e conquistas:

**1) Concurso público:** Ano a ano, o Sintram levou a demanda aos gestores públicos e finalmente em 2017 mais de 367 vagas foram anunciadas para todas as áreas do serviço público, o que é fundamental para a Previdência Municipal, o Diviprev;

**2) Ação judicial para cumprimento do gatilho salarial:**



O Sintram seguiu a determinação da categoria e contratou um escritório para cobrança do gatilho salarial na Justiça.

A administração não cumpriu a Lei Municipal 8083, que previa 7,86% de revisão automática em todos os salários do funcionalismo. O Sintram seguiu a determinação da categoria e contratou um escritório de Belo Horizonte especialista na área e aguarda despacho do juiz para cumprimento integral da lei, já que o prefeito concedeu apenas 4% parcelado (2% em março e 2% em dezembro). Até o momento, não houve despacho conclusivo da ação.

**3) Solicitação de audiência pública - Diviprev,** em atendimento a pauta da campanha salarial. O Sintram, junto aos outros representantes dos servidores, está presente na “Comissão do Diviprev”, nomeada pelo Legislativo Municipal, acompanhando a discussão do déficit atuarial de R\$700 milhões que coloca em risco a saúde financeira do instituto. Um relatório apontando a real situação do Diviprev será entregue a Câmara Municipal para discussão com o Executivo.

**4) Sindicato utilizou também o trânsito na mídia e fez um série de denúncias sobre o alto número de comissionados,** que somavam mais de 200 em contrassenso com a calamidade financeira anunciada como “justificativa” para não conceder o gatilho salarial. Levantamento sobre nepotismo na prefeitura, denúncia das más condições de trabalho dos cancelheiros (servidores das passagens de nível), falta de médicos nas unidades, entre outras.

**5) Ajuda deslocamento para agentes comunitários de saúde e controle de endemias:** Essa era uma luta da diretoria desde o governo Vladimir e finalmente foi finalizada, após várias reuniões do sindicato junto à administração;

**6) Parceria com o Cresst para cursos de qualificação e aperfeiçoamento do trabalhador,** em diversos setores (vide página 8)



Parceria Cresst: Qualificação gratuita aos servidores

**7) Após cortes indevidos da greve 2016, no início de 2017, o Sintram reuniu imediatamente com a administração e valores foram devolvidos, sem prejuízos aos servidores;**

**8) Portaria 149/2017 dos atestados médicos:** Encaminhamento de consulta ao Conselho Regional de Medicina, já que há suspeitas de artigos, que ferem a ética médica. Além disso, reunião com a administração onde foi estabelecido o compromisso de retirada da “letra b, do artigo 21”, que impede o médico de emitir atestado médico para servidores lotados no mesmo setor/secretaria.

**9) Avanço da luta do Sintram na Justiça para recebimen-**

**to de dívidas trabalhistas** de 21 servidores de Divinópolis com a publicação no Diário do Judiciário Eletrônico/TJMG de despacho judicial, que determinou a autuação da administração e registro do procedimento de sequestro de verbas (Nº 0001/2017) para pagamento de precatórios vencidos. Apesar da morosidade da Justiça, a publicação é motivadora já que há anos esses servidores estão aguardando o devido pagamento.

## CIDADES DA BASE

### *Araújos*

O processo de revisão do Plano de Carreira da Educação foi concluído em 2017 e o projeto já foi elaborado, devendo ser encaminhado à Câmara este ano para ser apreciado e transformado em lei.



e pensionistas.

**3) A administração assumiu o compromisso de corrigir eventuais distorções na tabela de progressão vertical e horizontal,** mediante comprovação pelos servidores.

**4) Compromisso de regularização da entrega dos vales transporte** com quantidade e a data da entrega sem atrasos, mediante a notificação a empresa que faz o transporte.

**5) Garantia de entrega de EPIs** e levantamento de setores que estão carentes do material com inclusão da CIPA no controle.

**6) Entrega do PCCS da Educação,** em trabalho conjunto com educadores do município, que durou 15 meses.

**7) O Sindicato também renovou convênio com a Prefeitura até 2020** para que os associados com desconto em folha possam utilizar planos de saúde, cartão de compras, e os vários benefícios do sindicato. Outra ação foi o primeiro café com servidor na cidade, que levou informações aos educadores, que ainda não tinham conhecimento sobre o Sintram como legítimo representante do funcionalismo. Também em 2017 foi promovido o debate sobre o BDPREV - Instituto de previdência dos servidores

### *Bambuí*

6,47% de revisão para todos os servidores a partir de 1º de fevereiro, discussão do PCCS da Educação. Sindicato inaugurou rede de lojas conveniadas para venda à prazo e condições especiais aos servidores.



Comissão de Educadoras e Sintram entregam proposta de revisão do PCCS da área

### *Carmo do Cajuru*

Através da Campanha Salarial foi alcançado 6,58% para todos os servidores a partir de 1º de janeiro, mais ganho real de 3%, totalizando 9,58%. O vale-refeição subiu de R\$ 7 para R\$ 8,50, aumento de 21,43%. Também na cidade foi incrementada a rede de lojas conveniadas ao sindicato para venda a prazo aos servidores associados.

Em julho, o Executivo atendeu mais um dos pontos de reivindicação dos servidores ao nomear equipe técnica para elaboração do Plano de Carreira da Educação e do quadro geral.

Em maio, o Sintram promoveu também palestra sobre os retrocessos da Reforma da Previdência no pátio do SAAE - Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru, esclarecendo

### *Bom Despacho*

**1) Foram conquistados 6,47% para todos os servidores** a partir de 1º de janeiro e 7,67% para profissionais da educação.

**2) Houve a incorporação do auxílio-alimentação de 5,12%,** aos salários dos servidores da ativa e também aos inativos

diversas dúvidas dos trabalhadores.

## *Carmo da Mata*

Revisão do Plano de Cargos e Remuneração - PCR - da Educação foi concluída em novembro. O projeto já foi votado e aprovado pela Câmara. A nova legislação já foi sancionada pelo prefeito Almir Resende, trazendo ganhos significativos para a categoria.



Servidores participaram ativamente do debate com o sindicato

## *Claudio*

6,58% para servidores da Câmara Municipal. O Sintram realizou audiência pública na cidade, alertando os prejuízos da reforma da previdência e terceirização sem limites, obtendo público expressivo.

## *Conceição do Pará*

Discussão da Campanha Salarial com os servidores formalizando as demandas para administração, mas sem avanços por parte do Executivo. O sindicato, junto aos educadores, buscou apoio no Legislativo Municipal para barrar a tentativa de alteração do atual plano de carreira da área, por iniciativa do Executivo, uma vez que a categoria e sindicato não foram recebidos pela administração para o início de uma discussão, sendo que há informações de retirada de direitos da categoria. O compromisso foi firmado pelo Poder Legislativo.



O sindicato, junto aos educadores, buscou apoio no Legislativo Municipal

## *Igaratinga*

Toda a pauta de reivindicações foi atendida, sendo 11% de reposição salarial (ganho real de 4,42%). Retorno das vantagens (quinqüênio, anuênio, etc) retiradas, indevidamente, pela antiga gestão, implantação do tíquete alimentação a partir de 2018, conforme acordo fechado com o Sintram. O sindicato deu suporte e orientação aos

servidores em treinamento sobre institutos próprios de previdência, o que motivou a revisão da lei do Instituto de Previdência dos Servidores (Previgara), que já está em andamento. Outro ganho muito importante foi a revisão do Plano de Carreira do quadro geral. A proposta, que foi discutida pelo Sintram e Comissão de Servidores, já foi aprovada em assembleia e está atualmente em fase de redação final para, na sequência, ser levada para negociação com o Executivo. Também está acertado com a administração a revisão do PCCS da Educação, assim que for concluído o do quadro geral.



Treinamento sobre institutos próprios de previdência

## *Itapeverica*

Foi concedido 6,29% a título de reposição salarial a partir de abril para todos os servidores. Em julho, a atuação do Sintram foi decisiva e fundamental para pacificar a relação entre professores e o Executivo, evitando prejuízos à categoria. Em negociação, o sindicato alcançou abono salarial de R\$ 100 mensais a partir de setembro para servidores da Educação até janeiro de 2018. Também foi acertada e concluída a revisão do PCCS da educação, com o apoio da comissão de servidores. A proposta de revisão já foi entregue ao Executivo.

## *Iguatama*

Processo e revisão do Plano de Carreira da Educação iniciado no final do ano passado e ainda em negociação com a administração.

## *Luz*

Compromisso firmado pelo prefeito junto ao Sintram: revisão salarial 6,58% a partir de janeiro, aperfeiçoamento das avaliações de desempenho; orientação de uso adequado e entrega de Epis aos trabalhadores. Além disso, os servidores receberam apoio e orientação, e o sindicato conduziu negociação com o Executivo em manifestação ocorrida em março contra a Reforma da Previdência e questões locais, sendo que não houve corte dos dias parados.

## *Leandro Ferreira*

O Sintram acompanha sempre as demandas do funcionalismo de Leandro Ferreira e conquistou a derrota na Câmara Municipal de Projeto de Lei 001/2017, que prejudicava os servidores ao alterar os critérios para concessão de periculosidade e insalubridade. Revisão de 6,57% para os servidores da Câmara Municipal.

## Perdigão

6,58% para servidores da Câmara Municipal a partir de 1º de abril. A diretoria acompanhou através do setor jurídico demanda dos motoristas de ambulância, solicitando adequações na escala de trabalho, sem prejuízos aos trabalhadores.

## Pimenta

Reposição de 7,86% (IPCA/Ipead) a partir de 1º de abril, conforme reivindicação da assembleia dos servidores. Em 2017, o Sintram assinou também convênio com a Prefeitura para levar a carteira de benefícios para os servidores (planos de saúde, convênios odontológicos, seguro de vida, etc). Além disso, foi eleito o diretor regional na cidade, Rosimar Cruz, estreitando a comunicação entre servidores e sindicato.



Convênio formalizado com a prefeitura de Pimenta para acesso dos servidores aos benefícios e serviços do Sintram

## Santo Antônio do Monte

A prefeitura atendeu a reposição salarial de 6,47% a partir de 1º de fevereiro para todos os servidores. Na campanha salarial, a administração acertou também o compromisso de entrega de Epis e pagamento de insalubridade aos profissionais que fazem jus.



Reunião com o vice-prefeito de Santo Antônio, Luís Antônio, e o dirigente sindical, Eduardo Parreira, para discussão de demandas do funcionalismo.

## São Gonçalo do Pará

6,58% de revisão salarial para servidores da Câmara a partir de 1º de janeiro. Servidores da Prefeitura 7,64% a partir de 2 de fevereiro.

Fixação do piso salarial em R\$ 1.014,00 para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias

## São Sebastião do Oeste

O Sintram promoveu assembleia com os servidores tendo como principais reivindicações: revisão do PCCS da Educação e do quadro geral, recomposição das perdas salariais; aumento real no salários de 4%; revisão salarial automática (gatilho) conforme IPCA/IPEAD-UFMG. Como resultado da negociação com o Executivo foi garantida a revisão salarial de 6.48% para todo o funcionalismo. O Sintram promoveu audiência pública na cidade, alertando servidores e população sobre os prejuízos da reforma trabalhista e previdenciária.



Dirigente sindical, João Madeira, e a presidente do Sintram, Luciana Santos, em assembleia com servidores de São Sebastião do Oeste

## Medeiros

O Sintram ajuizou ação coletiva contra a prefeitura para pagamento de 1/3 de salário de dezembro de 2012. Na época, o salário havia sido fracionado em três parcelas, devido à escassez de recursos do município, porém a última que deveria ter sido quitada ainda na última gestão, não foi paga. Além disso, o sindicato busca na ação o cumprimento do piso nacional da Educação.



Reunião com o dirigente sindical, João Madeira, e advogada Bruna Rocha, para ajuizamento de ação em favor dos servidores de Medeiros

# SERVIDORES PÚBLICOS SOFREM NOVO PREJUÍZO COM VETO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA

No apagar das luzes de 2017, o presidente da República, Michel Temer, liberou mais um presente de grego ao funcionalismo público ao vetar integralmente projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que permitia a negociação coletiva para servidores públicos federais, estaduais e municipais.

De acordo com mensagem publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de dezembro, o veto foi recomendado pelos Ministérios da Justiça e Advocacia-Geral da União (AGU) por apresentar “vício de iniciativa”, já que alterações no regime jurídico de servidor público devem ser propostas pelo presidente da República, de acordo com a Constituição. Além disso, o presidente alega que a proposta é inconstitucional por invadir a competência legislativa de Estados e municípios.

O projeto foi proposto, originalmente, pelo Senado, em 2015, e foi aprovado também pela Câmara dos Deputados em setembro de 2017, quando foi enviado para sanção presidencial. Atualmente, não há previsão de negociação coletiva nas paralisações de servidores públicos - geralmente, o Executivo abre uma mesa de negociação, mas sem regras definidas em lei.

## SINTRAM

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, afirma que a medida é um grande prejuízo para o servidor público. “O governo mais uma vez dá uma rasteira no servidor público, ao vetar a proposta da negociação coletiva, que seria um grande avanço para a categoria. A regulamentação da negociação coletiva para o serviço público é uma luta antiga e quando tudo indicava que finalmente a classe teria mais uma ferramenta no ordenamento jurídico do servidor, o governo veta o projeto. Nossas centrais sindicais acreditam que essa situação pode ainda ser revertida, portanto, vamos permanecer mobilizados e tentar ganhar essa batalha”, analisou.

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), entidade à qual o Sintram é filiado, João Domingos Gomes dos Santos, criticou duramente a decisão do presidente. Para Domingos, é equivocado o argumento da inconstitucionalidade. “Esse argumento não se sustenta,

porque hoje o Brasil homologou, assinou, ratificou, internacionalizou a convenção 151, portanto isso dá o suporte necessário”, afirmou.

João Domingos informou que a CSPB já tomou as providências necessárias para a derrubada do veto. “Acho absolutamente possível conseguirmos derrubar o veto, enfim, não vamos esmorecer, não vamos desistir de 39 anos de luta e que, na hora de colher os frutos desejados, vem essa figura nefasta e demoníaca de Michel Temer e veta integralmente um projeto que é o sonho de milhões de pessoas”, finalizou.

## FESEMPRE

A Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais (Fesempre), entidade à qual o Sintram é filiado, disse que foi mais um ataque ao servidor público. O presidente da entidade, Aldo Liberato, afirmou que com o veto o governo tirou uma ferramenta importante de negociação para os servidores. “A negociação coletiva é uma ferramenta de extrema importância para os servidores públicos. A partir dela é que podemos garantir a melhoria de trabalho e de vida dos servidores e suas famílias. Ela já está garantida na Convenção 151 da OIT que, na minha visão, já é autoaplicável. Entretanto, juristas veem a necessidade de uma Lei específica para sua regulamentação. Portanto, não há inconstitucionalidade no projeto. O futuro de milhares de pessoas está em jogo e, por isso, o momento agora é de união, entre sindicatos, federações, confederações, centrais e suas bases, para pressionarmos a derrubada do veto ao projeto”, analisou.

A advogada da Fesempre, Carla Sofia Caricatti, ressaltou como outro ponto importante da negociação coletiva a abertura de mais diálogo entre as partes, o que reduziria o número de ações Justiça. “Com isso, o Judiciário não sofreria o impacto com centenas de ações, gerando um desafogo do sistema”, avaliou.

## CONVENÇÃO 151

Em abril de 2010, o Congresso Nacional promulgou, por meio do Decreto Legislativo nº 206, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

cujas ratificação e incorporação ao ordenamento jurídico do País foram solicitadas em 14 de fevereiro de 2008, em mensagem do Executivo.

De acordo com a solicitação do Executivo, os textos “estabelecem princípios que asseguram a proteção dos trabalhadores da Administração Pública no exercício de seus direitos sindicais, seja como filiados ou representantes de sindicatos, garantindo sua



Presidente da Fesempre, Aldo Liberato, e a presidente do Sintram, Luciana Santos, destacam que, mais uma vez, o governo Temer dá uma rasteira no servidor público.

autonomia de atuação”.

A Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 foram assinadas em 1978 por vários países, entre eles o Brasil. Conforme determina a Constituição Federal, para serem aplicadas, dependiam da ratificação do Congresso Nacional, a quem compete resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Ao promulgá-las, o Congresso fez duas ressalvas. A primeira estende a expressão “pessoas empregadas pelas autoridades públicas, constante na Convenção 151, aos diversos níveis de governo e às várias relações de trabalho”. Isto é, vale tanto para servidores públicos federais regidos pela Lei 8.112/90 ou pela CLT, quanto para os servidores dos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação específica de cada um. Na outra ressalva, estabelece que as organizações de trabalhadores abrangidas pela Convenção são apenas aquelas organizações “constituídas nos termos do artigo 8º da Constituição Federal”, ou seja, os sindicatos.

# QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES EM FOCO

Funcionalismo é beneficiado com a parceria Sintram e Cresst

Buscando a valorização e qualificação dos servidores municipais de Divinópolis, o Sintram e o Centro de Referência Saúde e Segurança do Trabalhador - CRESST firmaram, em outubro, uma parceria que já demonstra sucesso. A primeira capacitação, totalmente gratuita - que está dentro do projeto de reciclagem e atualização do funcionalismo - abordou o tema "Ética no Trabalho" e contou com a presença de mais de 130 servidores de diversos setores, que lotaram o auditório do sindicato. Para 2018, os servidores deverão ficar atentos, pois Sintram e Cresst já planejam novos treinamentos.

Durante os dois dias da oficina (30/11 e 01/12), que foi ministrada pela assistente social do Cresst, Virgínia Ferreira, os participantes tiveram a oportunidade de se capacitarem no desempenho de suas funções, nas relações humanas e no atendimento ao cidadão de forma geral. "O resultado foi além de nossa expectativa, tivemos uma grande participação dos servidores, que se mostraram interessados no conteúdo. Foi um excelente processo de aprendizagem. É uma parceria importante que abre possibilidades para nossos projetos, que têm como alvo o servidor", destacou Virgínia, assistente social do Cresst.

A presidente do Sintram, Luciana Santos, enfatizou a importância do apoio a projetos que tem esse "olhar para o servidor municipal", que muitas vezes é esquecido como peça fundamental das administrações. "Toda iniciativa que é em benefício e valorização dos nossos servidores deve ter o apoio expresso do sindicato da classe, então nossa diretoria recebeu de braços abertos o projeto. O sucesso do primeiro treinamento confirma que estamos no caminho certo, pois foram muitos os elogios e a expectativa já é grande



Parceria Cresst e Sintram oferece treinamentos gratuitos aos servidores

para os próximos cursos", disse Luciana.

João Batista da Silva, servidor na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Turismo, foi um dos participantes que comemorou a realização do treinamento e espera a realização de novos cursos. "A gente tem necessidade desta reciclagem e também dessa ligação e proximidade entre o sindicato, funcionários e a Prefeitura. Sem dúvida, o curso abriu um campo enorme de informação", disse.

Marco Túlio Castro, servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, também avaliou como bastante válida a parceria, pois a mesma oferece oportunidade de crescimento e desenvolvimento profissional. "Foi bastante proveitoso o encontro e como foi falado é uma sementinha que foi plantada para que a gente possa mudar nossa maneira de pensar, mudar a maneira de receber, de acolher o contribuinte que vai à Prefeitura em busca de atendimento, para que possamos prestar um atendimento com mais humanização (...) a todas as pessoas que nos procuram", comentou.

## FÓRUM DO SERVIDOR ABORDARÁ SITUAÇÃO DO DIVIPREV



O Fórum dos Trabalhadores Municipais tratará em 2018 de tema de fundamental interesse para o funcionalismo. A previsão é que o evento ocorra no primeiro semestre deste ano, após a entrega do relatório da Comissão nomeada pelo Legislativo de Divinópolis para um diagnóstico sobre a atual situação do Instituto de Previdência dos Servidores (Diviprev), que tem déficit atuarial de R\$700 milhões.

A situação do Diviprev foi escolhida como tema unânime pela diretoria do Sintram, visto que medidas efetivas devem ser adotadas para sanar o déficit atuarial, de modo que as aposentadorias não sejam comprometidas no futuro. "Não podemos fechar os olhos para esse problema que é de interesse de todos. Iremos tratar esse problema com propriedade e seriedade, já que nossa

diretoria, através do diretor jurídico, Alberto Gigante, faz parte dessa comissão nomeada pelo Legislativo", disse Luciana.

### ESTUDO

De acordo com o diretor jurídico, Alberto Gigante, o estudo sobre o instituto já foi finalizado e deverá ser apresentado a Câmara de Divinópolis após o recesso parlamentar.

Integrantes da Comissão: vereadores Nêgo do Buriti e Janete Aparecida; Rejane Alves (superintendente Diviprev); Lílian Timóteo e Cida Oliveira (Sintemmd); Alberto Gigante (Sintram); Darly Salvador (da Junta de Recursos do Diviprev), Flávio Ramos (secretário-geral da Câmara) e Mário Nascimento, servidor aposentado.

# Mais de 140 ações coletivas e individuais foram ajuizadas a favor dos servidores em 2017

O Departamento Jurídico (Dejur) do Sintram é um dos setores mais procurados pelos associados. Além do diretor Alberto Gigante Quadros, que coordena os trabalhos, o departamento conta com quatro advogados e mais dois auxiliares jurídicos para atender com eficiência às demandas judiciais dos servidores públicos da base de representação sindical, que abrange 36 cidades do Centro-Oeste de Minas.

Um balanço feito pelo Dejur até a segunda semana de dezembro, mostra que em 2017, foram ajuizadas 145 novas ações em favor dos servidores em busca de direito líquido e certo. Com a distribuição das ações, foram cadastradas um total de 140 audiências, todas acompanhadas pelos advogados junto aos servidores, que deram entrada em processos no âmbito jurídico e administrativo.

Ainda segundo o balanço, de janeiro a 30 de novembro, 357 servidores foram atendidos através de agendamentos feitos via site ([www.sintramdiv.org](http://www.sintramdiv.org)) ou por telefone (37)3216-8461. Nesses atendimentos agendados para todas as terças e quintas-feiras, os servidores recebem orientações jurídicas sobre seus direitos.



O diretor também destaca a anulação de ato que demitiu servidor público sem processo administrativo e a respectiva reparação. Outra conquista do setor foi a anulação de ato administrativo que determinou corte de gratificação de função, com o retorno do benefício e ressarcimento de valores atrasados.

Ainda de acordo com Alberto Gigante, o Dejur obteve o reconhecimento de férias e 13º em favor de diversos professores contratados, além da alteração do cálculo e cobrança de diferença alusiva a anuênio, pagamento de insalubridade, férias e 13º em favor de agentes comunitários de saúde referente a período comissionado e contrato. Já para os servidores aposentados foi obtido o reconhecimento de licença-prêmio proporcional.

“Fizemos ainda a defesa e acompanhamentos de processos administrativos em Divinópolis e região. Além do mais, houve conquistas importantes em outros benefícios, através de posicionamentos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais”, completou o diretor. Entre esses benefícios, Gigante lembra que o agente comunitário de saúde que tenha trabalhado sob regime comissionado e em condições insalubres, passou a ter o direito ao adicional de insalubridade, além da contagem do tempo ininterrupto de serviço prestado sob o regime comissionado e contratual-administrativo para fins de anuênio.

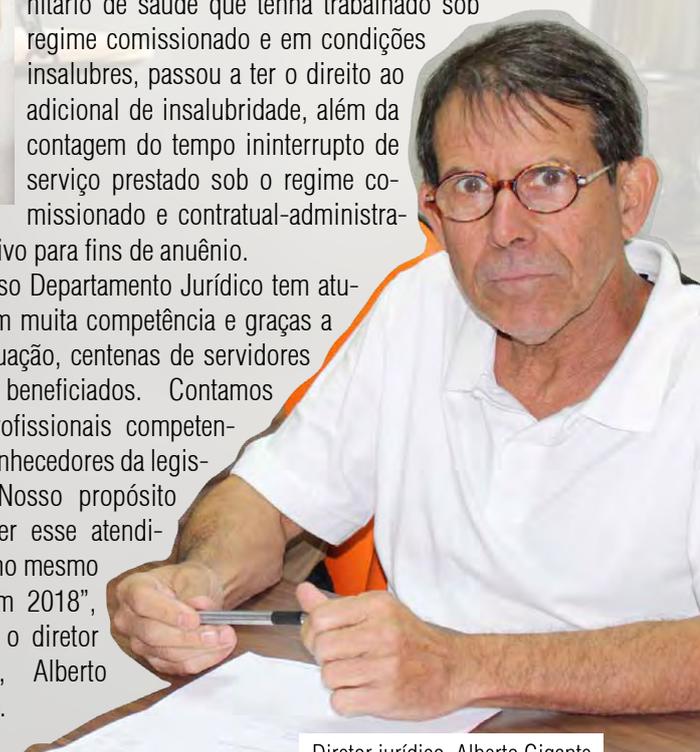
“Nosso Departamento Jurídico tem atuado com muita competência e graças a essa atuação, centenas de servidores foram beneficiados. Contamos com profissionais competentes e conhecedores da legislação. Nosso propósito é manter esse atendimento no mesmo nível em 2018”, avaliou o diretor jurídico, Alberto Gigante.



Setor jurídico é um dos mais procurados no sindicato pelos associados, sendo que os advogados e auxiliares jurídicos garantem agilidade e pontualidade no retorno aos servidores.

## BENEFÍCIOS E GANHOS

O diretor jurídico Alberto Gigante lista uma série de benefícios conquistados pelos servidores em 2017 através da ação do Dejur. Segundo ele, em um dos processos, foi alcançada a inclusão do valor recebido a título de extensão de carga horária para fins do recebimento de férias anuais e 13º salário. Em outro processo, o reconhecimento do direito às horas extras noturnas decorrentes da redução legal da jornada noturna. O Dejur também obteve o reconhecimento do direito às diferenças de valor de proventos de aposentadorias. A anulação de ato administrativo que imputou “injustamente falta ao trabalho ao servidor e a respectiva reparação/ressarcimento dos valores indevidamente descontados em seus vencimentos” também foi conquistada.



Diretor jurídico, Alberto Gigante

# Luciana Santos

## PRESIDENTE DO SINTRAM FALA SOBRE AVANÇOS, DESAFIOS E PEDE UNIÃO DA CATEGORIA

A atual diretoria do Sintram caminha para seu quarto e último ano de mandato em 2018 e traz um saldo altamente positivo. Ao longo desses anos, o Sintram conseguiu vitórias importantes em toda as cidades de sua base, mostrou união com grandes mobilizações em defesa de causas coletivas e obteve resultados expressivos em negociações com as prefeituras. Nessa entrevista, a presidente Luciana Santos, que é também secretária geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais, fala das dificuldades, das conquistas e dos desafios que virão em 2018 e nos próximos anos.

### QUAL O BALANÇO A PRESIDENTE FAZ DO ANO DE 2017?

Foi um ano difícil para todos, especialmente para a classe trabalhadora, que viu seus direitos praticamente serem aniquilados pelas reformas do governo. Nesse contexto, o saldo é negativo, pois o governo não ouviu a voz das ruas, ignorou a voz dos trabalhadores. Entretanto, quando olhamos para nossas atividades, concluímos que foi um ano muito bom. Conseguimos ganhos importantes em quase todas as cidades que formam nossa base sindical, muitas prefeituras conseguiram, inclusive, garantir ganho real aos servidores. Avançamos também na construção e revisão dos Planos de Carreira e Remuneração da Educação de várias cidades. Ampliamos nossos convênios, levamos o cartão de compras do Sintram e outros serviços como planos de saúde e assistência jurídica para vários municípios e conseguimos aglutinar os servidores nas manifestações contra as reformas. Procuramos modernizar e profissionalizar o sindicato, para oferecer serviços com mais eficiência. Chegamos ao fim do ano com as contas aprovadas. Adotamos uma administração enxuta e tudo isso contando com o apoio imprescindível da diretoria. Todos os diretores cumpriram o seu papel com dedicação e competência. De modo geral, para o Sintram, o balanço de 2017 é muito bom, mas, precisamos lembrar sempre que o servidor precisa ser mais participativo e continuar unido, pois só assim venceremos as barreiras que teremos pela frente.

### QUAIS FORAM AS CONQUISTAS ESPECÍFICAS PARA DIVINÓPOLIS?

Por ser a maior cidade de nossa base e onde está a nossa sede, Divinópolis é um caso específico. Não resta dúvida que, em 2017, o diálogo com o Executivo ficou bastante prejudicado, pois o prefeito nunca aparece, enviando representantes para a mesa de negociação. A reposição salarial não foi dada conforme manda a lei, mas o Sintram ajuizou imediatamente uma ação na Justiça e temos certeza de que haverá uma decisão favorável, se a legislação for cumprida. Por outro lado, tivemos conquistas importantes, como a discussão e necessidade de mudança no Diviprev, que apresenta um futuro preocupante diante do anunciado déficit atuarial de R\$700 milhões. Nossa diretoria já vinha denunciando a situação da Previdência Municipal desde o início da nossa gestão e finalmente o Legislativo nomeou uma Comissão para discutir o problema e aguardamos que uma reforma saia o mais rápido possível, garantindo o futuro de nossas aposentadorias. Conseguimos também a realização do concurso público com mais de 300 vagas ofertadas em várias áreas e estamos trabalhando em várias demandas que afetaram categorias diferenciadas dos servidores. O servidor de Divinópolis pode ter certeza de que todas as demandas que nos são encaminhadas são objeto de negociação.

### COMO AVALIA A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL EM 2017?

Apesar de ideologias diferentes, o movimento sindical de Divinópolis, formado por 15 sindicatos e apoiado pela igreja católica, mostrou que está unido. Além do mais, o momento exige dos dirigentes sindicais uma nova postura. Durante a tramitação da reforma





trabalhista no Congresso, conseguimos superar essas diferenças e organizar uma agenda única de mobilização. Essa união foi importante para que pudéssemos apoiar de maneira efetiva as duas greves gerais nacionais, sendo que Divinópolis contou com a participação expressiva da população, que foi liderada pelo Sintram e demais sindicatos integrantes do MSU. Apesar do movimento sindical não ter conseguido barrar a reforma, foi capaz de mostrar unidade. A experiência nos estimulou a prosseguir no diálogo, até para enfrentar a nova etapa e tentar barrar a adoção das mudanças com a reforma trabalhista.

#### **O QUE FALTOU DURANTE AS DISCUSSÕES QUE LEVARAM À APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA?**

Faltou diálogo. O governo forçou uma reforma sem ouvir quem deveria ser ouvido, no objetivo único de favorecer o mercado. O movimento sindical não se recusa a conversar com o governo. O problema é que a reforma trabalhista gerou um desequilíbrio a favor dos patrões. Não existe uma garantia básica para os trabalhadores. Toda negociação, do nosso ponto de vista, precisa ser conduzida para ampliar os direitos, não diminuí-los. Em lugares nos quais a base é menos organizada, os empregados se tornarão reféns dos patrões. Por isso, alertamos mais do que nunca os trabalhadores devem estar organizados em seus sindicatos, se querem assim manter seus direitos.

#### **OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTÃO CONSCIENTES DE QUE A REFORMA PODERÁ AFETÁ-LOS?**

Na verdade, o Sintram ofereceu todas as possibilidades de esclarecimentos aos seus filiados e à população de modo geral. Fizemos manifestações, audiências públicas, seminários, convidamos especialistas no assunto, tivemos a parceria com a Igreja Católica, enfim, acreditamos que o servidor municipal está hoje bem infor-

mado de que a reforma trabalhista poderá atingi-los, assim como a reforma previdenciária, que ainda poderá ser votada. É importante que todos saibam que essa discussão ainda não está concluída e quanto maior a mobilização e a união, mais chances o servidor terá de brigar por seus direitos. Precisamos continuar mobilizados junto às federações e centrais sindicais e lutar para reverter alguns pontos da reforma trabalhista, que inclusive vão contra às Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Da mesma forma a Reforma da Previdência para que não seja aprovada no Congresso.

#### **O QUE REPRESENTA SUA ELEIÇÃO PARA A SECRETARIA GERAL DA NOVA CENTRAL DOS TRABALHADORES DE MINAS GERAIS?**

A presença do Sintram na Nova Central de Minas Gerais é uma realidade que muito nos orgulha, pois ocupamos hoje a Secretaria Geral, um dos cargos mais importantes da entidade. Sem dúvida, é uma vitória para todos os servidores, já que a partir de agora, o Sintram passa a ter opinião e voto em uma das maiores e mais importantes centrais sindicais do país. Importante também que o Sintram hoje é reconhecido como um dos maiores sindicatos de Minas e nossa presença na diretoria da Nova Central foi motivada pelo respeito ao Sintram e pelo trabalho que desempenhamos nos últimos anos. Realmente uma conquista importante, que vai refletir a partir deste ano.

#### **EM 2017, O SINDICATO INVESTIU NO ATENDIMENTO AOS SERVIDORES?**

Agilizar e modernizar o sindicato para melhorar e ampliar o atendimento aos associados é uma das nossas preocupações diárias. Em 2017, adquirimos novos equipamentos de informática, melhoramos nosso setor de informações, zelando sempre pelo patrimônio do sindicato. É importante também registrar que adquirimos um novo programa de controle/cadastro para o nosso setor de convênios e o Departamento Financeiro. Investimos também na capacitação de nossos funcionários. Nosso projeto é continuar modernizando em 2018, fazendo com que o dinheiro de nossos sócios retornem para eles, com um sindicato que atenda suas necessidades.

#### **COMO OS SERVIDORES PODEM CONTRIBUIR PARA A LUTA SINDICAL?**

O sindicato é feito da união dos servidores, sempre frisamos isso. O que move o sindicato é o apoio e a participação dos trabalhadores na vida da entidade, em todos os seus momentos. Portanto, é preciso que os trabalhadores participem das assembleias, reuniões, seminários e demais atividades e façam valer seu livre direito constitucional de ser sócio de uma entidade, ter vez e voz na condução dos rumos do sindicato. Além disso, com as redes sociais, os ser-



vidores de toda nossa base têm maiores possibilidades de ampliar os contatos com o Sintram, dando opiniões, fazendo críticas, elogios e participando ativamente da vida da entidade. Em 2017, a participação dos servidores foi muito importante e esperamos que agora em 2018, essa participação seja ampliada, pois juntos somos fortes.

### QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA 2018?

A razão de existir do sindicato é lutar por melhores condições de trabalho e vida para nossos servidores e esse é um desafio diário que temos e em 2018 não será diferente. Assim, iremos buscar os gestores municipais, trabalhando a Campanha Salarial 2018 com toda a nossa base, no sentido não só de garantir direitos, mas ampliá-los. Vivemos um cenário do discurso de recessão e crise, mas o trabalhador unido consegue avançar, é preciso ter essa consciência. Vamos manter o diálogo com as administrações, buscando a valorização do servidor de carreira e o enxugamento da máquina pública. Ou seja, são várias lutas: revisão salarial, ganho real, pla-

nos de carreira, vale refeição e tudo isso vem da negociação.

Em âmbito nacional, temos outras lutas juntamente com outros sindicatos, federações e centrais sindicais, que continuam na ordem do dia como as inconstitucionalidades da reforma trabalhista e a não votação da Reforma da Previdência. A pressão que fizemos em 2017 será mantida neste ano para que os deputados e senadores derrotem esse projeto, não podemos permitir que o trabalhador brasileiro pague a conta desse governo corrupto que quer apenas favorecer o capital.

Em relação ao nosso projeto administrativo iremos continuar trabalhando a modernização do Sintram que em 2018 com muito orgulho fará 30 anos. Apesar de todas as dificuldades, podemos dizer que nesses últimos três anos colocamos a casa em ordem e sem dúvida é possível avançar mais, ampliando benefícios e serviços aos nossos associados.

# A LUTA NÃO ACABOU!!!

## *Juntos contra as inconstitucionalidades da Reforma Trabalhista*

Perdemos uma batalha, mas a luta não acabou! A reforma trabalhista foi aprovada por dezenas de deputados e senadores que seguiram corretamente a cartilha do governo, votando contra a população. Durante todo o ano de 2017, o Sintram formou o Movimento Sindical Unificado (MSU) que reuniu mais de 17 sindicatos, igreja católica e União Estudantil em Divinópolis para fazer frente a essas mudanças.

O sindicato realizou manifestações, panfletagens, encontros e audiências públicas, chamando a atenção para a necessidade de pressão junto ao Congresso Nacional pela não aprovação da reforma trabalhista e previdenciária. A diretoria do Sintram fez uma série de viagens para percorrer toda a extensa base territorial (36 cidades) com objetivo de denunciar deputados e senadores, que foram responsáveis pelo retrocesso desta série de mudanças que enfraquecem a proteção ao trabalhador.

Também com apoio do Sintram e outras lideranças sindicais, em outubro/2017, na Câmara Municipal de Divinópolis, foi realizado o **“SEMINÁRIO: REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO**



**A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA”** do Instituto de Defesa da Classe Trabalhadora – Declatra, o qual reuniu desembargadores, juízes, advogados, técnicos da área jurídica. Os magistrados federais presentes ao evento foram unânimes em apontar erros e falhas, além de cortes e reduções de direitos que vão afetar as relações de trabalho de maneira drástica, inclusive alterações que ferem às Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Em entrevista ao Sintram, o advogado Humberto Marcial Fonseca, especialista em Direito do Trabalho, assessor jurídico de vários sindicatos de trabalhadores e responsável pela organização do seminário, alertou que os prejuízos afetam os servidores públicos. “Todos os trabalhadores sofrerão enormes perdas com a reforma implementada de forma atabalhoada e irresponsável, sem diálogo com os maiores interessados que são os trabalhadores e os sindicatos, advogados, magistrados e membros do Ministério Público do Trabalho”, sentenciou.

Para Humberto Fonseca, não houve objetivo de modernização da legislação. “Há a clara noção de que o intuito do legislador não foi





modernizar as relações de trabalho e nem gerar empregos, porque utiliza-se de conceitos do final do século XIX e permite ampliação da jornada, redução de salários, regulamenta jornadas antes não permitidas”, disse.

Humberto Marcial critica também o avanço do governo sobre os sindicatos. “A lei da reforma diz que o Sindicato será protagonista, mas retira-lhe fonte de custeio, não regulamenta a estabilidade de dirigentes, cria competição com a Comissão de Empresa, não assegura greve ampla, afasta o Poder Judiciário da análise de acordos e convenções coletivas. A realidade é a desigualdade entre os empregados e os empregadores”, sintetizou.

O advogado diz ainda que as perdas vão desde a retirada de direitos, como a revogação do artigo 384 da CLT, até a extinção de pagamento de horas de transporte para quem trabalha em locais de difícil acesso ou sem a presença do transporte público regular, ampliação da jornada diária para até 12 horas, regulamentação de trabalho intermitente, do teletrabalho, o que afetará mais celetistas, e da ampliação da possibilidade de terceirização sem limites, para os trabalhadores estatutários.

## TERCEIRIZAÇÃO

Em 2017, a aprovação da terceirização sem limites foi outro golpe contra a classe trabalhadora que terá efeito no serviço público. Humberto Marcial explica que, com essa aprovação, “abriu-se de vez a porteira da desregulamentação” e o que até parece ser uma queda de braço entre Executivo e Legislativo contra o Judiciário, permite-se, agora, a terceirização ampla, sendo que a lei faz questão de frisar que é permitido em todos os setores da empresa. “O serviço público, que demonstrava ser parte muito interessada neste item da reforma, tem à sua disposição uma possibilidade enorme

que coloca poder nas mãos do administrador para não mais realizar concursos públicos, substituindo serviços essenciais, por mão de obra terceirizada e, com certeza, mais barata”, alertou.

## FORÇA

Humberto Marcial lembra que o trabalhador é fundamental nesse momento de luta. “O trabalhador é a peça chave neste processo e deverá ser assegurado todo esclarecimento e acesso a informação e à formação sindical, para que possam estar preparados para o embate que ainda está

por vir, já que há grande mobilização para limitar a estabilidade no setor, bem como já é realidade a ampliação da terceirização, o que pode comprometer ainda mais a qualidade dos serviços e a extinção de muitas vagas, principalmente no serviço público, onde a terceirização tem mais força”, finalizou.

## LUTA

A presidente, Luciana Santos, disse que a luta continua e agora deve ser contra as inconstitucionalidades e mais do que nunca os servidores devem estar próximos ao sindicato. “Os servidores públicos também serão afetados por essa reforma e o Sindicato não mediu esforços para alertar e mobilizar toda a categoria. Precisamos ficar atento às eleições de 2018, para darmos a resposta nas urnas, não elegendo quem foi contra o trabalhador e lutando através de nossas centrais no Poder Judiciário para reverter esse retrocesso”, analisou a presidente.



Advogado Humberto Marcial alerta que Reforma Trabalhista afeta todos os trabalhadores brasileiros

## MEDIDA PROVISÓRIA BATE RECORDE DE EMENDAS

Menos de uma semana após entrar em vigor, no dia 14 de novembro, a lei 13.467 sofreu a primeira alteração, com a edição da Medida Provisória (MP) 808 do Governo Temer. A MP recebeu 967 emendas, um recorde, onde senadores e deputados (da oposição e da base) propuseram rigorosos ajustes no texto e até a revogação da Lei 13.467.

Entre as quase 900 emendas, há sugestões como a do senador Paulo Paim (PT-RS), que pede a revogação de toda a reforma.

“Restabeleço a gratuidade, que sempre existiu, da Justiça do Trabalho. Restabeleço o intervalo de quinze minutos antes do início da jornada extraordinária. Revogação da prevalência do negociado sobre o legislado. Se a lei vale para todos, por que não pode valer para o trabalhador? — questionou o deputado.

O expressivo número de emendas à MP 808 revela a real necessidade de se ajustar a Lei 13.467 e o quanto sua aplicação gera incertezas.

## DENÚNCIA INTERNACIONAL

A luta sindical não parou. As centrais sindicais - entre elas a NCST, que o Sintram é filiado e faz parte da diretoria através da presidente Luciana Santos, secretária geral da Central em Minas Gerais - denunciaram o Brasil perante à Organização Internacional do Trabalho - OIT e a Organização dos Estados Americanos (OEA)

O documento das centrais ressalta que a reforma, válida no país desde novembro de 2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em mais de 100 pontos e institucionaliza a precarização do trabalho, como no caso do autônomo exclusivo contratado por hora, sem salário mensal. A reforma também contraria convenções e tratados internacionais ao permitir que o negociado prevaleça sobre o legislado e ainda abre as portas para que as grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres.

O material destaca ainda que a justificativa do governo Temer,

ao afirmar que a terceirização irrestrita estimula novas contratações, não se concretiza em país algum. Ao contrário, estudos da própria OIT, do Fundo Monetário Internacional e do Fórum Econômico Mundial alertam para os riscos inerentes as novas formas precárias de trabalho, como: queda drástica da renda, consumo, aumento da desigualdade social, evasão fiscal e aumento dos déficits previdenciários. Fatores associados ao crescimento da pobreza e da criminalidade. Ou seja, a reforma trabalhista e terceirização são um conjunto de medidas que representam retrocesso social, pois ferem os direitos humanos dos trabalhadores brasileiros, retirando e/ou enfraquecendo inúmeros direitos fundamentais trabalhistas previstos na Constituição Federal e em diversos Tratados e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário.

“A Nova Central dos Trabalhadores também entrou com Adins, Ações Diretas de Inconstitucionalidade, contra a reforma trabalhista junto ao Supremo Tribunal Federal. A nossa expectativa é que isso seja julgado porque a Suprema Corte precisará dar uma decisão, pois são várias as inconstitucionalidades. Não somos nós, do Movimento Sindical, que estamos falando isso, essa é uma posição firmada com base em diversas diretrizes e normativas estabelecidas pela própria Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, ou seja, são posições que devem perdurar dentro dos vários tribunais regionais do trabalho. Esperamos convencer a Suprema Corte dessas inconstitucionalidades, que ferem de morte o trabalhador brasileiro e o servidor público”



GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA NOVA CENTRAL/MG

## SINTRAM FECHA PARCERIA COM UNIVERSIDADE

### Desconto especial é extensivo aos familiares do associado

O setor de convênios do Sintram fechou o mês de dezembro com chave de ouro. Isso porque agora os associados terão a possibilidade de fazer uma graduação ou pós com preço acessível e o que é melhor, na comodidade de seu lar (ou outro lugar de sua preferência) e na hora mais adequada. A parceria foi consolidada com a Univeritas, universidade que oferece cursos à distância. Os associados terão um desconto especial de 15% sobre as mensalidades, que já apresentam preço acessível.

A coordenadora de pólo EAD da Univeritas, Mariana Avelar, esteve em dezembro em reunião com a presidente, Luciana Santos, e o diretor financeiro, José Alcolano (Zezinho) para formalização do convênio e ressaltou as vantagens da graduação à distância “Os nossos cursos são todos reconhecidos pelo MEC e 100% online, o aluno precisa ir ao pólo duas no semestre, que é para fazer as provas presenciais e essas provas acontecem aos sábados pela manhã. Oferecemos praticidade de estudo através da plataforma de ensino blackboard, tutores disponíveis e livros didáticos”, explicou.

A presidente

Luciana destacou mais esse avanço do sindicato na expansão de serviços e benefícios aos seus sócios. “Desde 2012 temos procurado oferecer mais serviços de qualidade aos nossos servidores e esse, sem dúvida, é um serviço de grande importância, pois hoje o servidor poderá fazer uma graduação, uma pós-graduação na comodidade de sua casa”, destacou.

Veja os cursos de graduação oferecidos com mensalidade a partir de R\$ 177,23: Administração, Análise de Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Aeronáuticas, Ciências Contábeis, Gestão Ambiental, Gestão de Qualidade, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais, Gestão Financeira, Gestão Hospitalar, Gestão Pública, Letras, Inglês, Espanhol, Logística, Marketing, Pedagogia e Processos Gerenciais.

Cursos Pós-Graduação, com mensalidades a partir de R\$ 175,00: Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direito Material e Processual do Trabalho, Docência do Ensino Superior, Educação Especial, Educação Infantil, Gestão da Educação, Marketing.

### INSCRIÇÕES

As inscrições já estão abertas, sendo que aula inaugural está marcada para o dia 16 fevereiro. Os associados interessados deverão entrar em contato com a coordenadora de pólo, Mariana Avelar, pelo telefone (37) 9 9825-1086 (whatsapp) para realizarem as inscrições e terem acesso a mais informações. **Conheça mais em:**

**[www.univeritas.com](http://www.univeritas.com)**



# GOVERNO PENALIZA SERVIDORES PÚBLICOS NO NOVO TEXTO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Pressão das centrais sindicais impediu que proposta fosse votada em 2017

O governo federal bem que tentou, mas a pressão das centrais sindicais foi decisiva para impedir a aprovação da Reforma da Previdência em 2017. Michel Temer abusou na distribuição do dinheiro público através de emendas para comprar votos, mas mesmo assim não conseguiu os 308 deputados que precisava para votar e aprovar a proposta.

Sem os votos necessários, o governo tentou uma segunda jogada. Seis meses após a aprovação do texto na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o governo apresentou, em novembro, uma nova proposta de reforma da Previdência. Sob o slogan de “combater privilégios”, o novo texto penaliza os servidores públicos. O novo projeto mantém a idade mínima para homens e mulheres, reduz para 15 anos o tempo de contribuição mínima do trabalhador da iniciativa privada e propõe regras mais duras para servidores públicos.

Essa nova versão foi um esforço do Palácio do Planalto e do relator da proposta, Arthur Maia (PPS-BA), para facilitar a aprovação da reforma, parada na Câmara desde o envio de duas acusações contra o presidente Michel Temer (PMDB). A menos de um ano das eleições, parlamentares temem que mudanças duras nas regras de aposentadoria provoquem desgaste nas bases eleitorais.

A presidente, Luciana Santos, destaca que a luta contra a reforma deve ser abraçada por toda a população. “A votação foi adiada, mas não podemos baixar a guarda é preciso que todos saibam desse retrocesso e lutem contra essas medidas que irão prejudicar todos os trabalhadores. 2018 é ano eleitoral e é hora de pressionarmos ainda mais os deputados para votarem contra esse retrocesso”, enfatizou.

## NOVIDADE

De novidade em relação à versão original, o novo texto reduz o tempo mínimo de contribuição para trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social de 25 para 15 anos; estabelece em 25 anos o limite mínimo de participação para os servidores públicos; propõe novo cálculo do valor da aposentadoria e deixa de submeter as contribuições sociais à Desvinculação das Receitas da União (DRU). Por ser uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), a reforma precisa de 308 votos entre os 513 deputados, em dois turnos de apreciação, para ser aprovada e, então, encaminhada ao Senado. A previsão do Planalto é que o texto seja analisado na Câmara em fevereiro de 2018, logo após o recesso político.

## VEJA A SEGUIR AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NA NOVA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA:

### QUANDO O BRASILEIRO PODERÁ SE APOSENTAR?

O novo texto da reforma da Previdência mantém a idade mínima de aposentadoria aprovada na Comissão Especial da Câmara: 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. A regra é válida tanto para trabalhadores do setor privado quanto para servidores públicos, mas só passará a ser aplicada após o período previsto nas regras de transição, diferentes para os dois setores.

A tabela mostra a meta futura a ser atingida após o período de transição. O setor privado se refere aos trabalhadores regidos pela CLT, enquanto o setor público é o regime instituído pelas entidades dos servidores da União, dos estados e dos municípios.

#### IDADES MÍNIMAS DE APOSENTADORIAS

| CATEGORIA                          | SETOR PRIVADO (mulher/homem) | SETOR PÚBLICO (mulher/homem) |
|------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Regra Geral                        | 62/65                        | 62/65                        |
| Professores                        | 60/60                        | 60/60                        |
| Policiais                          | 55/55                        | 55/55                        |
| Pessoas com deficiência            | Não há mínimo                | Não há mínimo                |
| Segurado Especial                  | 55/60                        | 55/60                        |
| Trabalho em condições prejudiciais | 55/55                        | 55/55                        |

### SERVIDORES PÚBLICOS

Para professores, policiais militares e trabalhadores em condições prejudiciais à saúde, as regras são diferentes. Docentes de ambos os sexos poderão se aposentar com 60 anos. Para PMs, a idade mínima é de 55 anos – a mesma de empregados em posições

com riscos à saúde. Pessoas com deficiência não possuem idade mínima para requisição de aposentadoria. No caso dos segurados especiais, a regra continua a mesma em vigor atualmente: 55 anos para mulher e 60 para homem.

É importante lembrar que a nova reforma da Previdência estabelece que, para se aposentar, o trabalhador precisa, obrigatoriamente, obedecer a dois critérios: a idade mínima e o tempo mínimo de contribuição. Antes de alcançar a nova idade mínima para aposentadoria, contudo, os trabalhadores dos setores público e privado passarão por um período de transição. Nesse intervalo, as idades serão acrescidas de um ano a cada biênio até chegar aos limites previstos na reforma.

As regras de transição são mais duras para os servidores públicos. Os funcionários ligados ao Regime Próprio de Previdência Social, alcançarão as idades mínimas de 65 anos para homens e 62 para mulheres já em 2032 enquanto que, para empregados do setor privado, o patamar só será válido em 2038. Veja tabela:

| ANO  | SETOR PRIVADO (mulher/homem) | SETOR PÚBLICO (mulher/homem) |
|------|------------------------------|------------------------------|
| 2018 | 53/55                        | 55/60                        |
| 2020 | 54/56                        | 56/61                        |
| 2022 | 55/57                        | 57/62                        |
| 2024 | 56/58                        | 58/63                        |
| 2026 | 57/59                        | 59/64                        |
| 2028 | 58/60                        | 60/65                        |
| 2030 | 59/61                        | 61/65                        |
| 2032 | 60/62                        | 62/65                        |
| 2034 | 61/63                        | 62/65                        |
| 2036 | 62/64                        | 62/65                        |
| 2038 | 62/65                        | 62/65                        |

## POR QUAL PERÍODO CONTRIBUIR?

Essa é a principal novidade da nova versão da reforma. Em sua emenda aglutinativa, o relator, deputado Arthur Maia, baixou de 25 para 15 anos o tempo mínimo de contribuição para trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social. A alteração da versão original mantém a regra do jeito que é hoje. Novamente os servidores públicos foram submetidos às regras mais duras. Eles continuarão precisando atingir 25 anos de contribuição para ter direito à aposentadoria.

## COMO O BENEFÍCIO SERÁ CALCULADO?

A nova versão do texto prevê outra fórmula para o cálculo do valor do benefício – ou seja, quanto cada trabalhador receberá de aposentadoria. Com o tempo mínimo de contribuição, o trabalhador só terá direito a apenas 60% do valor dos salários. O percentual

sobe para 70% com 25 anos de contribuição, tanto no setor privado quanto no público. De 25 a 40 anos de contribuição, quando o trabalhador tem direito à integralidade da aposentadoria, os percentuais aumentam conforme o acréscimo de anos trabalhados.

## CÁLCULO DA APOSENTADORIA

| CATEGORIA | SETOR PRIVADO    | SETOR PÚBLICO    |
|-----------|------------------|------------------|
| 15 anos   | 60% do salário   | Não aposenta     |
| 20 anos   | 65% do salário   | Não aposenta     |
| 25 anos   | 75% do salário   | 75% do salário   |
| 30 anos   | 77,5% do salário | 77,5% do salário |
| 35 anos   | 87,5% do salário | 87,5% do salário |
| 40 anos   | 100% do salário  | 100% do salário  |

## ENTIDADES PLANEJAM COMBATE À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Representantes de entidades de base, federações, confederações e centrais sindicais, entre elas o Sintram reuniram-se no dia 03 de janeiro para formar grupo de combate à Reforma da Previdência e para definir ações integradas a serem empreendidas em todo o Estado de Minas Gerais, visando barrar de vez a PEC 287/2016 em tramitação na Câmara dos Deputados. O grupo irá concentrar atenção nos parlamentares que irão votar em fevereiro a proposta do Governo.

posição de cada deputado federal, de forma a prevenir que sejam reeleitos, caso votem contrariamente à sociedade. A palavra de ordem é: “Quem votar a favor, não volta!”

Panfletagem, publicidade em rádios do interior, jingles, outdoors, redes sociais e outros meios de divulgação serão empregados para chamar a atenção e evitar que acabem com nossa aposentadoria.

A presidente e secretária geral da NCST/MG, Luciana Santos, que esteve presente na discussão, destacou que essa luta é de todos os brasileiros. “O Sintram e a NCST/MG desde o ano passado já estão trabalhando fortemente nesta luta que é de todos os brasileiros e com apoio de mais instituições o movimento ganha novo fôlego. Não podemos permitir que nossos direitos sejam retirados, é hora de pressionarmos os deputados e senadores para votarem de acordo com a vontade do povo”, disse.

## FAZEM PARTE DO GRUPO DE COMBATE À REFORMA DA PREVIDÊNCIA, AS SEGUINTE ENTIDADES:



Sindicatos, federações e centrais sindicais traçam estratégias de luta contra Reforma da Previdência

Durante as discussões foi apresentada uma proposta de ações e um cronograma de atividades, que logo foi aprovada por todos. Nesse planejamento estão pautadas ações contundentes como encaminhamento de ofício para os parlamentares solicitando uma posição final a respeito da Reforma. Além disso, as organizações irão se reunir e concentrar esforços nos deputados líderes e presidentes de partido, uma vez que os mesmos podem influenciar e orientar a votação de suas bancadas. Haverá ainda ações localizadas nas regiões e municípios, onde os deputados que se disserem a favor da reforma tiveram maior votação.

O combate à proposta será contínuo e busca não só garantir o voto contrário à reforma, mas alertar as comunidades sobre a

# Modernização e transparência são marcas da gestão do Sintram

O Sintram continuará investindo em modernização tecnológica e mais transparência em 2018. A informação é do diretor financeiro e titular do Setor de Convênios, José Alcolano, o Zezinho. As metas da atual diretoria para 2018 são audaciosas e objetivam possibilitar ao servidor ainda mais acesso aos seus serviços e garantir muito mais transparência na aplicação dos recursos.

De acordo com Zezinho, o Setor de Convênios merecerá atenção especial, por se tratar de um departamento que presta serviços essenciais aos servidores municipais. “Já está em fase de implantação um novo programa de gestão de convênios, contabilidade e tesouraria, que dará mais agilidade ao trabalho diário, além de possibilitar um atendimento mais rápido e eficaz aos nossos servidores, que são o alvo principal do nosso trabalho”, explicou.

Outra inovação para 2018, será a implantação do e-Social, cumprindo uma determinação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O e-Social deverá ser implantado por todas as empresas brasileiras e o prazo para que isso ocorra é em 2018. Segundo Zezinho, a inovação permitirá aos empregadores comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “Nossa equipe já recebeu um treinamento inicial e a capacitação continuará em 2018, para que a implantação definitiva do e-Social seja concluída até meados deste ano”, esclareceu.

## TRANSPARÊNCIA

Outra iniciativa que também deverá ser concretizada ainda no primeiro semestre de 2018, é a implantação do “Menu da Transparência” no site do Sintram. Zezinho diz que manter a transparência é dever de qualquer diretoria que estiver à frente do Sintram. “Já iniciamos a implantação do Menu da Transparência e vamos concluir esse trabalho nos primeiros seis meses de 2018. O sindicato sempre colocou suas contas à disposição dos servidores, mas com o “Menu da Transparência” avançaremos mais ao fornecer a movimentação financeira também de forma online”, disse.

A presidente do Sintram, Luciana Santos, faz questão de destacar que a implementação do “Menu da Transparência” é também resultado do Fórum dos Servidores, que colocou essa pauta como prioritária. “Sem dúvida manter total transparência dos recursos do sindicato é obrigação de qualquer dirigente sindical, e



José Alcolano (Zezinho) destaca atuação transparente e avanços do sindicato.

a cada dia avançamos mais em nossa gestão”, avaliou.

O diretor financeiro destacou, também, a ampliação do cartão de compras do Sintram que, em 2017, chegou a várias cidades da base, como Bambuí, Medeiros e Bom Despacho, além da expansão do serviço em outras cidades, como Luz e Carmo do Cajuru. “O cartão de compras do Sintram é um grande benefício para o servidor, que tem uma enorme rede de estabelecimentos comerciais conveniados, permitindo compras seguras e de qualidade. Em 2018 vamos expandir o cartão e nossa intenção é atingir o maior número de cidades da base. Também estamos trabalhando na expansão da rede conveniada para ampliar as opções de estabelecimentos comerciais aos nossos servidores”, disse Zezinho.

O Sintram também está trabalhando na expansão de outros convênios na área médica e odontológica. “Esse trabalho de expansão dos convênios é permanente e nosso objetivo é sempre ampliar o leque de ofertas aos nossos servidores. Em 2018, certamente teremos muitas novidades nesse sentido, pois estamos trabalhando em várias frentes para que isso ocorra”, ressaltou.

Finalizando, Zezinho fez questão de destacar que o sindicato, a exemplo dos anos anteriores da atual gestão, fechou 2017 com as contas absolutamente em dia. “A questão financeira e contábil sempre foi uma preocupação de nossa diretoria, especialmente de nossa presidente, Luciana Santos, que sempre exigiu muito critério para lidar com os recursos. Isso fica claro diante da satisfação dos nossos conveniados e prestadores de serviços, que sabem que o Sintram se mantém em dia, o que resulta em um atendimento sempre de qualidade para os nossos servidores. Nosso Conselho Fiscal é atuante e muito nos ajuda a manter o equilíbrio fiscal do sindicato. E é com essa mesma determinação que vamos seguir no ano de 2018”, finalizou.

# CONTRIBUIÇÃO SINDICAL:

## a luta financiada por todos os trabalhadores para garantia de direitos

A reforma trabalhista está em vigor desde o dia 11 de novembro de 2017, trazendo retrocesso e insegurança imensa aos trabalhadores. Junto a esse pacote de maldades do Governo Temer foi bastante noticiada pelas principais emissoras de televisão a “extinção” da contribuição sindical como um “ganho” para a classe trabalhadora. Na verdade, dentro do texto da reforma trabalhista a contribuição não deixou de existir, mas passou a ser opcional, necessitando da autorização prévia do trabalhador. Mas o que está por trás dessa extinção do reconhecimento obrigatório? Exatamente o enfraquecimento do próprio trabalhador.

É preciso saber que a situação ainda não está consolidada, já que várias centrais e federações ingressaram no Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade na extinção do recolhimento obrigatório do imposto e somado a isso uma recente decisão de uma juíza de Santa Catarina, liminarmente, resguardou o recolhimento compulsório a um sindicato\*. Em entrevista a comunicação do Sintram, o presidente da Nova Central dos Trabalhadores de Minas Gerais, Geraldo Gonçalves Filho, chama os servidores públicos e trabalhadores de todo o Brasil a interpretarem a reforma trabalhista e valorizarem seus sindicatos, estando perto do corpo diretivo das instituições para garantirem direitos, diante do ataque desenfreado do governo Temer contra a classe trabalhadora.

Na entrevista, Gonçalves enumerou uma série de dificuldades que são inseridas com a reforma trabalhista como: o trabalho intermitente; o prejuízo a saúde do trabalhador

com a possibilidade de redução do horário de almoço de uma hora para 30 minutos; a rescisão de contrato de trabalho sem acompanhamento obrigatório do sindicato e a dificuldade de ingresso na Justiça, que inclusive dependendo da interpretação do juiz o trabalhador corre o risco de ser penalizado com multa revertida ao patrão. “São todas mudanças radicais e contrárias ao trabalhador, então você, servidor público, trabalhador, saiba fazer essa leitura e valorizar o seu sindicato, que é quem irá fazer a sua defesa”, alertou.

### LUTA

Em uma negociação coletiva, todos os ganhos que o sindicato conquista (índice econômico negociado aos salários, plano de carreiras, piso salarial, entre outras lutas) não contemplam apenas os associados da instituição, dessa forma o imposto sindical obrigatório, serve para dar condições financeiras para bancar essa negociação, convocações da categoria, greves, qualificações, suporte e orientação aos trabalhadores, sejam eles filiados ou não. “Os ganhos que o sindicato alcança em uma negociação são infinitamente maiores que aquele que o trabalhador paga equivalente a um dia de trabalho. É preciso fazer essa análise, valorizando o seu sindicato, pois quem sai beneficiado somos nós, trabalhadores. Sindicalize-se, reconheça o esforço da sua entidade sindical, não vamos deixar ser vencidos por um governo não legítimo,



Geraldo Gonçalves, presidente da NCST/MG, fala da importância dos trabalhadores valorizarem seus sindicatos

que está negociando dentro do Congresso Nacional para beneficiar os grandes empresários, a mídia e o meio rural”, disse Geraldo.

### VOTO

O presidente da NCST/MG alerta ainda para a necessidade dos trabalhadores terem consciência política. “É preciso analisar o perfil característico de quem vai se candidatar e dos congressistas, que estão hoje lá votando contra o trabalhador. Quem votar contra o trabalhador fica sem voto. Só assim poderemos ter um congresso diferente e um presidente da república compromissado com a classe trabalhadora, entendendo que quem faz o Brasil crescer, quem dita o PIB do país, não só os capitalistas sozinhos, são principalmente os trabalhadores porque a maioria dos capitalistas pede dinheiro subsidiado, que é dinheiro público, através do BNDS, Caixa, Banco do Brasil, então façam essa leitura”, finalizou.

*Sindicalize-se. Ligue (37)3216-8484 e saiba como contribuir para o seu sindicato.*

## \* EM DECISÃO LIMINAR, JUÍZA DECLARA INCONSTITUCIONAL A EXTINÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL

A reforma trabalhista foi feita por meio de lei ordinária, que, segundo a Constituição, não tem poder para alterar regras tributárias. É o caso da contribuição sindical, que tem natureza de imposto e foi extinta com a mudança. Por isso, só poderia ser mexida por lei complementar. Com esse entendimento, a juíza Patrícia Pereira de Santanna, da 1ª Vara do Trabalho de Lages (SC), acolheu pedido de um sindicato e anulou o fim da Contribuição Sindical obrigatória que é destinada à entidade. A decisão não tem reper-

cussão imediata no restante do país, mas abre o precedente para que outras entidades sindicais recorram à Justiça de primeira instância contra o fim da contribuição. Ainda segundo a juíza catarinense, a natureza de tributo da contribuição sindical vem do fato de que 10% dela vai para os cofres da União, para a Conta Especial Emprego e Salário. Assim, para ela, qualquer alteração que fosse feita na Contribuição Sindical deveria ter sido por meio de lei complementar, e não pela Lei 13.467/2017, que é ordinária.

A magistrada ressaltou também que a reforma trabalhista não poderia ter tornado o instituto da contribuição sindical facultativo, porque infringe o disposto no artigo 3º do Código Tributário Nacional, que estabelece que o tributo “é toda prestação pecuniária compulsória”. O Código Tributário Nacional é lei complementar, que não pode ser alterada por lei ordinária, o que infringiria o sistema de hierarquia das normas do Estado Democrático de Direito.

# Caminhos e obra de uma guerreira: Ivanete Ferreira

*“Deus costuma usar a solidão  
Para nos ensinar sobre a convivência.  
Deus costuma usar o fogo,  
para nos ensinar a andar sobre a água.  
Às vezes, usa a terra, para que possamos  
Compreender o valor do ar.  
Outras vezes usa a morte, quando quer  
Nos mostrar a importância da vida”.*

**Paulo Coelho**

Era noite de Natal. Famílias reunidas, mesas fartas, crianças de brinquedo novo, adultos cheios de esperança. O poema diz que Deus costuma usar caminhos tortuosos e íngremes para nos mostrar o valor das pequenas e grandes coisas. E foi assim que na noite do Natal de 2017, perto das badaladas dos sinos que anunciariam a chegada do Menino Deus, que ela se despediu desta dimensão. A dentista, a mãe, a amiga, a avó, a vice-presidente do Sintram, a incansável batalhadora por tudo aquilo que seja justiça, Ivanete Ferreira, partiu numa noite de Natal. Morreu como morrem os heróis e escolheu a noite de Natal para nos mostrar, através da simbologia da noite mágica, a importância da vida.

Ivanete passou toda a vida alicerçada na esperança de melhores dias para todos e comprometida com a defesa das minorias. Construiu seus sonhos, como se fossem os sonhos de todos. “Sonho que se sonha só, é só um sonho. Mas sonho que se sonha juntos, é realidade” (Raul Seixas). E foi assim, sonhando um mundo mais justo, mais igualitário, que Ivanete Ferreira edificou sua esperança, acreditando sempre que o homem é capaz de mudar o seu destino. Construiu seus caminhos levando junto a loucura daqueles que são puro amor e, por amor, lutou até o último dos seus dias pela paz e pela justiça que todos merecem. “Que minha loucura seja perdoada, porque metade de mim é amor. E a outra metade... também”. (Oswaldo Montenegro)

Mineira de Carmo do Paranaíba, porém divinopolitana de corpo, coração e alma. Nascida em 22 de agosto de 1953, Ivanete Ferreira escolheu Divinópolis para frutificar sua árvore. Foi aqui que ela conheceu e se casou com José Maria, teve quatro filhos, dois netos e o terceiro já está a caminho. Foi na terra do Divino que ela construiu suas mais sólidas amizades, daquelas que ficam para toda a vida. “A gente acabou se tornando uma família”, definem suas amigas por quase 40 anos, Nídia Fonseca e Lara Soares.

Alberto Gigante, diretor jurídico do Sintram, e a dentista e também diretora suplente do sindicato, Lara Soares, entraram na vida de Ivanete nos idos de 1974, período mais negro da ditadura, que bania, torturava e até matava aqueles que lutavam contra o regime.



Natural de Carmo do Paranaíba, Ivanete Ferreira escolheu Divinópolis para construir família e carreira

Foi nesse ambiente hostil, com tanques nas ruas e policiais de plantão nas escolas para abafar os “subversivos”, que Ivanete, Gigante e Lara descobriram outra vocação, a defesa social e a luta de classes. A amizade foi se fortalecendo e criando as mais profundas raízes durante a vida estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais. Ali, Ivanete já mostrava seu lado contestador contra as opressões e ensaiava os primeiros passos que a tornariam uma sindicalista respeitada por patrões e empregados. Mesmo amordaçados pela ditadura, esse trio de amigos não se intimidava e já fazia parte da resistência. “Perdi a conta das vezes que corremos da polícia”, conta Lara com um sorriso de saudade.

Ivanete cresceu precocemente, por força do destino que tinha a cumprir, dedicada passou em primeiro lugar nos dois concursos que prestou para a Prefeitura Municipal de Divinópolis e construiu sua carreira de 39 anos no serviço público alicerçada na ética e justiça, sendo referência para muitos profissionais da área da saúde em Divinópolis. Ivanete amava os livros e na sua mais tenra adolescência, já havia lido escritores como o filósofo Friedrich Wilhelm Nietzsche. Tinha a inquietude daqueles que nunca se dão por satisfeitos diante de sua obra. Buscava sempre mais. “Ivanete tinha a inquietude da justiça”, define a amiga Lara Soares.

Sua esperança de uma sociedade justa para todos a levou para o movimento sindical. “Para ela, a luta sindical era uma luta de vida”, resume Lara Soares. E como contestar essa afirmação? Ivanete esteve à frente das maiores greves no serviço público de Divinópolis e defendia o trabalhador com a gana do bicho que defende a cria. Defendia com a mesma vontade os mais fracos, combatia as injustiças e toda espécie de rancor. Aquela voz sempre mansa, quando necessário, era tonitruante e poderosa como o trovão.

Casou-se com José Maria em 26 de dezembro de 1978. A amiga



Amizade eterna - Já idos de 1974, Ivanete e Alberto Gigante, diretor do Sintram, estudantes da UFMG, já buscavam a luta pela defesa social.



Sempre atuante - Ivanete deixava sua marca e recados nas manifestações a favor das lutas sociais e trabalhistas.

lara e o marido José Maria Bode estavam entre os padrinhos. Quis a mão do destino que José Maria se atrasasse para a cerimônia e foi substituído nada mais nada menos do que pelo cartunista Henfil, um dos maiores contestadores do regime totalitário que dominou o país entre 1964 e 1985 e certamente um dos heróis da resistência. Henfil se encontrava em Divinópolis a convite de amigos e estava entre os convidados para aquele dia feliz na vida de Ivanete.



Ivanete, sempre atenta às demandas da saúde, era referência para os profissionais da área e deixa uma lacuna no sindicalismo de Minas Gerais

Ivanete não era apenas uma. Eram várias. A Ivanete amiga, a contestadora, a mãe, a servidora pública, a mulher... Foi com a força da servidora pública que Ivanete comandou o projeto “Divinópolis de Sorriso Novo”, na década de 1990. O projeto mudou a vida de dezenas de cidadãos divinopolitanos, devolvendo o sorriso a quem não podia pagar um dentista. E foi com a doçura do mel da abelha jataí, que Ivanete ajudou a fundar o “Grupo Encontro”, do qual fazem parte seus eternos amigos



Ivanete e o esposo José Maria

Nídia, lara e Alberto Gigante. O grupo dedica as manhãs do 1º domingo do mês contando histórias na praça no que se pode chamar de “manhã da contação de histórias”, reunindo pessoas de todas as idades que durante horas participam de um aconchegante sarau de divertimento e cultura.

Já doente, afastada do sindicato e do seu cotidiano, Ivanete participou da última noite de contação de história em novembro. Escolheu um texto que falava sobre a morte. “Acho que era uma despedida, foi muito emblemático”, conta lara.



“Nos tornamos uma grande família”, saudosas, definem as amigas Nídia e lara.

Ivanete deixa lições sublimes de amor aos animais, aos homens, à natureza. Deixa a certeza de que ainda vale a pena ser ético e honesto. Estará sempre na lembrança de cada pessoa com quem conviveu. Deixa a certeza de que

sua despedida numa noite de Natal foi obra de Deus.

Ivanete Ferreira faleceu aos 64 anos na noite de 25 de dezembro de 2017. No dia 26, ela comemoraria 39 anos de casada e no mesmo dia viajaria para Itacaré, na Bahia, para acompanhar o nascimento do seu segundo neto, que viria do ventre da filha Mayra. No dia 27, sem a presença física da avó que vivia a ansiedade por sua chegada, nasceu Caetano, o esperado segundo neto dessa guerreira. Rafael, o primeiro neto, e Caetano, que acaba de chegar, eram os comandantes daquele co-



Ivanete e o netinho Rafael

ração que parou de bater na mágica noite de Natal. Parou de bater, mas a vida continua, porque Ivanete está imortalizada nas sementes que semeou.

“Ivanete não era mais, nem menos. Tudo o que ela pegava para fazer, se doava por inteiro”, finalizou lara Soares.

“Ivanete deixa uma lacuna no sindicalismo de Minas. Nós, que fomos abençoados com sua convivência diária, perdemos a sindicalista, a amiga, a companheira, a grande mulher que ela foi. Para todos nós ficou uma lição de vida, ética, honestidade, lealdade e muito trabalho, exemplos que nos norteiam em nossa luta diária”, Luciana Santos, presidente.



Ivanete, o esposo “Zé” e os filhos do casal



Apaixonada pelos livros, Ivanete era contadora de histórias do “Grupo Encontro”, junto aos amigos